

DÍAZ-ANDREU, Margarita. *A World History of Nineteenth-Century Archaeology. Nationalism, Colonialism, and the Past*. Oxford: Oxford University Press, 2007, 486 p. ISBN 9780199217175.

Lúcio Menezes Ferreira*
Pedro Paulo A. Funari**

O departamento de Arqueologia da Universidade de Durham, na Inglaterra, acaba de ser avaliado como o melhor do Reino Unido. Isto se deve a vários fatores, dentre os quais a postura de suas pesquisas, voltadas para a reflexão crítica sobre a inserção da disciplina nas lides sociais e políticas. Estudiosos notáveis de Durham, como Richard Hingley e Margarita Díaz-Andreu destacam-se pela reflexão sobre a História da própria disciplina, como parte integrante e essencial da tarefa do arqueólogo. Esta perspectiva parte da consciência de que a ciência constitui uma atividade social, imbricada nas lutas do cotidiano, e que as práticas e idéias adotadas possuem raízes e origens às vezes muito fortes, mas pouco claras. Conceitos como progresso, evolução, migração, conquista, são, com freqüência, consideradas naturais. Esmiuçar o passado da disciplina significa explicitar o caráter construído destes e de muitos outros conceitos, cujas implicações coloniais, imperiais, de dominação de gênero, dentre outras, estão agora se tornando cada vez mais visíveis.

O livro de Díaz-Andreu começa explicitando seu ponto de vista teórico, como convém. Considera a Arqueologia como produto da História, na esteira da sociologia da ciência de Pierre Bourdieu. Visa a mostrar como a disciplina exerceu um papel na forja dos estados nacionais e impérios coloniais. Rejeitando uma visão internalista da ciência, que pressupõe a autonomia das revoluções epistemológicas (*sensu* Thomas S. Kuhn), a autora mostra as ligações e

continuidades entre os modelos interpretativos, como no caso do histórico-culturalismo do início do século XX, relacionado ao evolucionismo do século XIX.

Na bibliografia contemporânea em História da Arqueologia, este é um ponto de concórdia. Desde o primeiro quartel do século XIX, arqueólogos e naturalistas envidaram esforços para institucionalizar a Arqueologia, dando-lhe estatuto científico em universidades e museus, tanto na Europa, quanto em outras partes do mundo, como a América do Sul. O século XX herdou, com efeito, diversas teorias e empirias acumuladas na primeira metade do século XIX. É o que assevera, por exemplo, Bruce G. Trigger. Antes de falecer recentemente, ele revisou o seu clássico *A History of Archaeological Thought* (2006), originalmente publicado em 1989, e concluiu, como Díaz-Andreu, que na História da Arqueologia as mudanças epistemológicas foram graduais, sem estagnações radicais ou transformações bruscas.

O livro de Díaz-Andreu lembra muito o clássico de Bruce G. Trigger. É tão monumental quanto *A History of Archaeological Thought*, excetuando-se o fato de que Trigger escreveu uma síntese histórica que abarca inteiramente os séculos XIX e XX. Contudo, se o escopo de Díaz-Andreu não é temporalmente tão amplo, o livro revela detalhes e reentrâncias da Arqueologia oitocentista não contemplados por Trigger. Lembra, ademais, porque Trigger foi um dos primeiros arqueólogos a propugnar, em 1984, por “Arqueologias alternativas” (“*alternative archaeologies*”), desvinculadas dos projetos nacionalistas, imperialistas e colonialistas. E Díaz-Andreu, caminhando nesta mesma vereda, vem escrevendo, desde o início da década de 1990, uma sólida e vasta obra sobre as relações entre Arqueologia e nacionalismo.

(*) Universidade Federal de Pelotas.
luciomenezes@uol.com.br

(**) Universidade Estadual de Campinas.
ppfunari@uol.com.br

Seu novo livro, portanto, é a maturação de mais de uma década de pesquisas em História da Arqueologia. Daí ela descrever as relações entre Arqueologia, nacionalismo, colonialismo e imperialismo em praticamente todas as regiões do mundo. Na primeira parte do livro, disserta sobre a Arqueologia Clássica, mostrando os usos simbólicos dos artefatos da Antiguidade, entre o início da Idade Moderna e notadamente durante a Revolução Francesa, para conferir prestígio político, *status* burguês e *ethos* aristocrático. Em seguida, discute como a Arqueologia consubstanciou, nos anos 1820, projetos políticos das revoluções liberais da Grécia e da América Latina.

Na segunda parte, Díaz-Andreu, estribada nos aportes da literatura pós-colonial e especialmente em Talal Asad e Edward Said, argumenta que as articulações entre Arqueologia, imperialismo e colonialismo representaram cientificamente o Ocidente como entidade politicamente hegemônica. De outro lado, demonstra que estas imbricações foram extremamente pervasivas e estão longe de ser uma prerrogativa européia. Apresentou-se em outras áreas do mundo, como o Império Otomano, a China, o Japão e a América Latina. Díaz-Andreu mostra, inclusive, que as relações entre Arqueologia e colonialismo evidenciam-se também no Brasil e outras regiões da América do Sul, como, aliás, os autores desta resenha vêm afirmando desde o final dos anos 1990.

Na terceira parte, a autora examina, coroadando o recorte global de seu livro, o alcance e elasticidade efetivamente mundiais da Arqueologia colonialista. Pode-se notá-la atuando, sob matizes contextuais diversas, no Sul da Ásia, na Rússia e na África do Norte. Por fim, Díaz-Andreu perscruta as vertentes nacionalistas da Arqueologia européia, retornando aos seus primórdios, mais especificamente, ao período da

Revolução Francesa. Interroga, depois, a retórica evolucionista e positivista da Arqueologia instituída durante as revoluções liberais do período 1820 e 1860, cuja modulação vocalizou a canonização dos conceitos de nação, “raça” e etnia.

Díaz-Andreu, em suma, enfatiza que a profissionalização da Arqueologia, no século XIX, ligou-se ao desenvolvimento dos museus e universidades como instituições atadas à constituição de identidades nacionalistas e colonialistas. Capacita-nos, assim, a situarmo-nos melhor perante a agenda da pesquisa arqueológica contemporânea. Pois não existe pesquisa arqueológica desatrelada da política, como nos revelam os exemplos radicais das lutas pela repatriação de artefatos e todas as discussões, inauguradas nas últimas décadas, sobre Arqueologia pública e comunitária, descolonização das metodologias e inserção do ponto de vista nativo nas interpretações arqueológicas.

Díaz-Andreu nos faz ver como as pesquisas arqueológicas inevitavelmente lidam com identidades culturais e percorrem as sendas do debates e conflitos públicos. Esse é, talvez, o maior mérito de seu livro. Pois, se é verdade que os modelos de interpretação arqueológica, em boa medida, nos foram legados pelo século XIX, a carga de identidades culturais construídos por eles ainda pesam sobre os nossos ombros. Há uma imensa literatura pós-colonial a discutir como as grandes estruturas coloniais, desmanteladas após a Segunda Guerra Mundial, continuaram a exercer, de uma maneira ou de outra, influência cultural e política considerável no presente. Escrever a História da Arqueologia, como o faz Díaz-Andreu, pode, portanto, contribuir para nos tornar mais leves, liberando-nos de identidades culturais que ainda nos caracterizam em pleno século XXI.